

GEOGRAFIA E AGRICULTURA: UM ESTUDO SOBRE A GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira *

Introdução

A agricultura no Brasil sempre foi uma atividade econômica bastante importante. Durante mais de um século determinou as formas de produzir no país e foi a fonte de renda para a população, quer trabalhadores diretos ou classe hegemônica e dominante, constituinte da oligarquia agrária brasileira.

Enquanto atividade hegemônica, a agricultura despertou interesse, sendo fonte inspiradora para autores que exprimiram em suas obras a narrativa da realidade nacional. Estes trabalhos e os relatos dos viajantes que registraram a realidade nacional eram estudos sobre aspectos geográficos ainda sem a utilização de métodos científicos próprios à Geografia, à época não sistematizada no Brasil.

A sistematização da ciência geográfica no país introduziu formas específicas de análise e, enquanto **ciência do espaço**, procurou privilegiar as formas diferenciadas de distribuição da atividade agrícola sobre a superfície do território nacional, identificando facetas particulares que distinguiam a **paisagem** nos diferentes locais a serem estudados, resultado de um conjunto de ações e atitudes dos produtores para com a terra que determinavam **gêneros de vida**, **sistemas de cultivos** ou **organizações espaciais** muito próprias e localizáveis no espaço indicando, até, a formação de **regiões** agrícolas.

A Geografia no Brasil vai se desenvolver num ambiente agrícola em transformação, passava-se de uma sociedade agrária para uma urbano-industrial. Apesar de ser institucionalizada, em meados da década de 30, num momento posterior a uma aguda crise sofrida pela oligarquia agrária brasileira (a crise de 29), o conhecimento do território nacional se fará registrar, muito em função desta atividade e assim, determinará um período bastante rico em trabalhos sobre a realidade rural brasileira.

A agricultura permaneceu como temática de estudo para o geógrafo brasileiro durante muito tempo. As formas de análise mudaram, acompanhando as mudanças ocorridas no meio rural e na ciência geográfica de maneira geral. A hegemonia agrária se perde e a cidade passa a ser o espaço de pesquisa e a indústria a atividade que o organizará.

As mudanças ocorridas no campo serão sentidas a partir de processos sócio-espaciais indicadores de novos arranjos. A modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento na concentração da renda e da terra, os conflitos sociais são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola. O geógrafo acompanhou estas mudanças vislumbrando novos paradigmas, novas teorias, uma nova realidade.

* Professora Assistente, Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus de Araraquara, Araraquara-SP, Brasil.

Departamento de Antropologia, Política e Filosofia - FCL - UNESP - CAR

Aluna do Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço-IGCE/UNESP - Rio Claro - Nível de Doutorado.

Por possuir uma expressão econômica e social bastante forte no contexto nacional, justificada pela existência de um fórum de debates específico para as questões agrícolas não apenas na perspectiva geográfica, mas também sob outras formas de objetivação, pode-se abstrair que a atividade agrícola, como temática de estudos, sempre ocupou lugar de destaque junto às ciências no Brasil e marcou o discurso de muitas delas.

Assim, agricultura e Geografia se fundiram nutrindo pesquisas que buscaram evidenciar o papel desempenhado pela atividade agrícola no entendimento e caracterização do espaço rural brasileiro. Isto fez surgir um “modo de ver” geográfico sobre a agricultura, tema deste trabalho.

O desenvolvimento dos estudos sobre agricultura pode ser avaliado segundo a trajetória dos diferentes trabalhos, temáticas e transformações metodológicas que marcaram estes estudos no Brasil. Neste contexto o presente trabalho colocou como problemática de pesquisa identificar as características dos estudos geográficos sobre a atividade agrícola no Brasil, resgatando a produção científica existente sobre o assunto, de meados dos anos 30 aos anos 90 (1995).

A partir da problemática proposta colocou-se como objetivos do trabalho: efetuar levantamento bibliográfico e leitura sobre a produção geográfica nacional referente à agricultura; classificar o material levantado segundo critérios como: data de publicação dos trabalhos, autor, temática, tipo de publicação, palavras-chave; caracterizar a historiografia das idéias geográficas buscando seu vínculo com a Geografia Agrária; identificar as diferentes formas de abordagem da agricultura pelo geógrafo no Brasil (desenvolvimento teórico-metodológico e temáticas) numa perspectiva temporal, por décadas; avaliar a influência de outras ciências (Sociologia, Economia, Antropologia, etc.) nos estudos de Geografia Agrária; indicar as formas recentes de abordagem da agricultura na Geografia e suas características principais, apontando perspectivas.

As fontes de Informação

Para satisfazer aos objetivos propostos, tornou-se necessário, primeiramente, realizar um levantamento bibliográfico em periódicos e anais de congressos, produzidos e editados por instituições de pesquisa, departamentos e/ou universidades e associações ligadas à Geografia no Brasil, realizado junto às bibliotecas dos Cursos de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP - Rio Claro, da Universidade de São Paulo - São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica - Campinas.

O levantamento bibliográfico realizado permitiu um registro de 1396 trabalhos, sendo 741 artigos distribuídos por 39 periódicos e 655 comunicações, resumos e trabalhos completos publicados em 23 anais de reuniões científicas.

O conjunto das publicações levantadas pode ser agrupado segundo três categorias de editores: instituição de pesquisa geográfica, associação e Departamento/Universidade.

A única instituição oficial de pesquisa geográfica que publica revista especializada é o Conselho Nacional de Geografia/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CNG/IBGE, que publicou o Boletim Geográfico (1943/78) e mantém a Revista Brasileira de Geografia (1939/92), periódicos com maior volume de trabalhos sobre agricultura, responsáveis por aproximadamente 31% e 20% do total,

respectivamente. A RBG, teve sua participação diminuída se considerarmos décadas passadas e o ápice dos anos 50, justamente pelo surgimento de outras publicações.

Quanto às associações, a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) se destaca pela participação dos Boletins Paulista (1949/93) e Carioca de Geografia (1948/76) e do Caderno Prudentino de Geografia (1981/87) que juntos representam aproximadamente 12% do total de trabalhos em periódicos, sem considerar a participação menos expressiva de outros títulos. A Associação de Geografia Teorética (AGETEO) apresenta uma participação maior se considerarmos que ela é responsável pela edição de apenas dois periódicos (Boletim de Geografia Teorética - 1971/93 e Geografia - 1976/93) e representa 11% do total de trabalhos.

Na categoria Departamento/Universidade o destaque deve ser dado ao Boletim de Geografia de Maringá (1983/95) que é responsável por 22 títulos do total de trabalhos levantados, sendo que 63% deles são da década de 80. A USP com seus vários títulos (Boletim de Geografia -1944/52, Geografia Econômica-1966/73, Revista do Departamento de Geografia-1982/94, Orientação-1965/94) significa aproximadamente 5% dos trabalhos encontrados.

A produção relativa à Geografia Agrária, encontrada em anais de reuniões científicas, faz sobressair novamente a década de 80 como a de maior volume de trabalhos. Os anos 80 afluem, juntamente com os ENGAs (Encontro Nacional de Geografia Agrária - 1978/94), como os de maior representatividade no volume de trabalhos, sendo que na década de 70 o número de trabalhos em anais é estável não ultrapassando a cifra dos 30 trabalhos. A realização dos ENGAs, já em finais dos anos 70, faz crescer este número e, sozinhos, os dois encontros são responsáveis por aproximadamente 51% do total de trabalhos do período. A participação dos Anais da AGB não pode ser esquecida já que ela foi significativa durante o período de sistematização da Geografia no Brasil e foi o primeiro veículo a registrar a produção nacional nos anos 40 e principalmente 50 e 60.

Geografia e Agricultura no Brasil: algumas evidências

A atividade agrícola, sem dúvida, incorporou-se ao rol de interesses dos geógrafos, mesmo antes da ciência geográfica se sistematizar enquanto tal. A Geografia Brasileira não fugiu a esta tendência e também passou a estudar o meio rural e as paisagens aí encontradas, segundo diferentes temáticas, postulados teóricos, paradigmas. Estas transformações metodológicas são evidenciadas nas diferentes formas de tratar as temáticas identificadas para o conjunto de trabalhos sobre o meio rural.

A seleção dos artigos foi feita considerando-se a atividade agrícola em seus **diferentes aspectos**: do agrônomo ao social, do técnico ao econômico, do biológico ao mecânico e, **diferentes temáticas**: da agricultura à pecuária, da produção às relações de trabalho, do meio ambiente ao mercado, além de incluir trabalhos que tratassem da pesca e de atividades extrativas vegetais.

Para análise dos trabalhos selecionados definiu-se um corte temporal em décadas, ou seja, os artigos e resumos levantados, a produção por instituição, por autores, são aspectos estudados década a década, propiciando uma identificação do comportamento e das mudanças ocorridas, sempre em consonância com a atualidade científica, econômica e social do Brasil.

A análise do resultado final do levantamento proporciona algumas conclusões: primeiramente mostra que há diversidade de títulos, principalmente quanto ao local de publicação definindo até mesmo, um regionalismo quanto aos periódicos, ficando cada revista responsável pela difusão de trabalhos dos autores e da área a que pertence (Figura 1).

Dos 39 periódicos pesquisados, a referência inicial é proporcionada pela publicação da Revista Geografia da AGB em 1935 - marco na historiografia geográfica do país - a primeira a registrar trabalhos científicos dessa área do conhecimento, além de incluir as primeiras referências agrárias na Geografia nacional.

Pelo levantamento foi possível observar que a década de 80 é um marco divisor no surgimento e manutenção de publicações periódicas geográficas, já que sinaliza um período de ápice da circulação de novas revistas geográficas, ao mesmo tempo em que inicia uma fase de declínio de algumas já existentes. Mantêm-se ativa a tradicional Revista Brasileira de Geografia.

Este período também é marcado pela edição de revistas que ultrapassam os limites do eixo São Paulo - Rio de Janeiro, onde a divulgação dos trabalhos geográficos se iniciou, distribuindo-se de forma mais uniforme pelo território. Esta mudança deve-se ao fato de as Universidades Federais passarem a editar periódicos na área de Geografia, antes exclusividade da USP, IBGE, AGETEO e AGB.

Apesar de parecer homogêneo, o crescimento do número de revistas é variável considerando-se que, periodicamente, publicações deixaram de ser editadas cedendo lugar a outras. Porém, revistas como o Boletim Paulista de Geografia, publicado pela própria AGB, Geografia (AGETEO), Orientação (USP) estão há mais de duas décadas circulando pelo meio geográfico servindo como fonte de investigação.

A tendência de crescimento no número de trabalhos, aliada ao desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil e sua representatividade por década, em periódicos e anais, são também aspectos a serem destacados. A Geografia Tradicional alcança seu ápice nos anos 50, com 212 trabalhos publicados. A atividade agrícola é o tema que aparece com maior ênfase neste período, uma vez que o setor primário era hegemônico e o geógrafo, dentre outros assuntos, destacava os aspectos econômicos evidenciando o papel da atividade agrícola como determinante da paisagem.

Os estudos fundamentados sobre a elaboração de sínteses explicativas de paisagens humanas que definiam quadros regionais de uma época, correspondem ao período citado. Tratou-se de um período brilhante no qual as raízes da ciência geográfica no Brasil se fixam, firmando-se como uma das fases mais produtivas em volume de trabalhos da história da Geografia no país. O número de séries encontradas para o período é restrito, entretanto, o volume de trabalhos manuseados coloca esta fase como uma das mais significativas no contexto da produção geográfica como um todo.

Os estudos regionais, as sínteses explicativas, a valorização das condições naturais privilegiando a relação homem/meio, compõem a fisionomia do período. Eles não são definidos aleatoriamente. Como vimos, a influência francesa está presente nos trabalhos analisados e a Geografia tradicional aparece como o paradigma do período.

Sob essa ótica tradicional, várias temáticas foram estudadas. A realidade sócio-econômica brasileira do período aparece refletida nos trabalhos. Os primeiros estudos da década de 40, revelam um acúmulo de conhecimento sobre o território nacional, cuja atividade econômica principal era a agricultura. São descrições de

diferentes áreas do país tendo como objeto de análise a organização da atividade agrícola.

Os anos 50 apresentam trabalhos que demonstram preocupação com a exploração desmedida da terra. A conservação do solo e a adoção de técnicas racionais sinalizam na direção de mudanças no contexto agrícola. O território conhecido, a hegemonia agrícola ameaçada pela expansão urbana, as terras apropriadas ao cultivo já ocupadas, são elementos que fazem os geógrafos agrários tomarem uma nova direção em seus estudos. A distribuição da terra, a reforma agrária, os estudos do habitat rural (agora definidos em função da realidade nacional e não francesa) determinam tendências para o período seguinte. Os anos 60 deverão ser marcados como o período das mudanças, tanto teórico-metodológicas (o uso de fotos aéreas irá revolucionar as pesquisas de campo) como da realidade nacional.

A década de 60, na Geografia Agrária brasileira, marca uma fase de transição em que a geografia tradicional, descritiva, concorre com estudos de conteúdo técnico nos quais o sensoriamento remoto é destaque nas pesquisas sobre o uso da terra (128 trabalhos).

Os trabalhos sobre colonização deixam evidente a tendência do geógrafo agrário dos anos 60 realizar estudos regionais. A preocupação principal nestes trabalhos está aliada à avaliação crítica das falhas no processo de colonização considerando-se principalmente as dificuldades de adaptação do colono à nova realidade. A falta de estudos e planejamento prévios para identificação dos melhores locais para fixação dos projetos são os fatores principais apontados para o fracasso deste empreendimento.

Os estudos do habitat rural continuaram impregnados por uma abordagem da vida rural e da organização agrária dos grupos estudados. Descrever as técnicas de cultivo, as instalações da propriedade, a casa rural e a distribuição espacial dos cultivos e de todas as instalações da propriedade define os aspectos observados. Trata-se de uma forma de apontar as diferenciações espaciais existentes no meio rural brasileiro, que ultrapassa o limite do bairro rural. Este é um dos elementos que caracterizará o habitat que poderá compreender vários bairros rurais.

É importante salientar que, enquanto os estudos de bairros rurais, na Sociologia, preocupam-se com a descrição da vida sócio-econômica dos elementos que compõem a sociedade agrária brasileira (caipira, camponês, caboclo, etc.), em seus aspectos culturais e de sociabilidade, evidenciados pela coleta de informações diretamente com os indivíduos, na Geografia, pelo fato do bairro representar um domínio espacial, sua análise será efetuada a partir dos elementos visíveis da paisagem. Daí predominar um conjunto de estudos que tratam do habitat, um elemento da paisagem rural que define a forma da população se agrupar para residência.

Até 1940 a agricultura imprime um aspecto à paisagem e portanto era importante estudá-la e compreender sua organização espacial. De 1950 a 1970, na Geografia, o estudo da agricultura continua a apresentar as mesmas diretrizes: trabalhos descritivos que tem como característica serem tematizados, ou seja, o estudo geográfico da agricultura é realizado sob diferentes temáticas: habitat rural, colonização, estudos de caso sobre áreas ou cultivos, comercialização, etc.

A década de 70 será marcada por um conjunto de transformações tanto no contexto socioeconômico quanto no que se refere às formas de análise no conjunto das ciências. Neste contexto, a atividade agrícola passa por um processo de transformações evidenciado pela expansão do sistema capitalista no campo representado pelo processo de modernização da agricultura.

Do ponto de vista metodológico, a tendência quantitativa faz a geografia agrária sofrer um relativo aumento no volume de trabalhos (159) nos anos 70 se comparados aos demais. Grandes mudanças estavam ocorrendo no agro brasileiro, e o geógrafo agrário procurava incorporar estas mudanças ao seu trabalho, sob a ótica neopositivista. No final da década de 1970 e especialmente na década de 1980/90, as mesmas temáticas são estudadas sob uma nova ótica, a do materialismo histórico ou da chamada Geografia Crítica.

No contexto específico da Geografia Agrária a chamada Geografia Agrária Nomotética, concepção metodológica evidenciada pelo uso das técnicas quantitativas, passou a apresentar três características baseadas no uso de métodos quantitativos, no desenvolvimento ou aplicação de teorias de localização e no enfoque sistêmico.

A década de 70, então, pode ser considerada como um período de transição em que a Geografia Agrária brasileira não tem a ênfase dos períodos anteriores. Isto, sem dúvida, se deve à mudança econômico-social do país, que marca o período com a consolidação do setor urbano - industrial como setor hegemônico da economia e da sociedade brasileiras.

Os problemas sociais advindos das transformações no agro brasileiro pouco foram tratados pelos geógrafos agrários no momento em que ocorriam. O estudo da realidade, tão evidente na Geografia Tradicional, se perde no momento em que a sociedade mais precisa ser estudada. A teoria ganha o lugar do factual e, assim, a Geografia Agrária perde o valor conquistado. Sob a influência de outras ciências (Matemática, Estatística, Economia), a Geografia enfatiza a técnica em detrimento das análises sociais. A revalorização do social se difundirá sob novas perspectivas metodológicas na década seguinte, como já mencionado.

A expansão do sistema capitalista no campo e as conseqüentes transformações sociais, econômicas e espaciais daí advindas estarão impregnando os trabalhos dos geógrafos agrários na década de 80. A modernização da agricultura permanecerá como temática de destaque, entretanto, sua avaliação se fará em função das conseqüências que este processo trouxe para o agricultor brasileiro em vertentes que tratam das relações de trabalho, do camponês (até o momento pouco tratado pelo geógrafo agrário, mas bastante estudado pela sociologia rural), dos impactos ambientais causados pela adoção das novas técnicas de trabalho agrícola, do complexo agro-industrial e da questão da terra (fronteira agrícola e reforma agrária).

A mudança de perspectiva na análise da agricultura na década de 80 se deve, sem dúvida às novas abordagens trazidas pela Geografia Crítica ou Radical que passa a preponderar nos estudos geográficos. Juntamente com a década de 50 o período será responsável por mais de 50% de toda a produção geográfica brasileira sobre agricultura (507 trabalhos), encontrada nos periódicos consultados.

Analisando as relações de trabalho, a mão-de-obra assalariada e a pequena produção agrícola (definida como contradição à grande produção agro-industrial e que na década seguinte será denominada como produção familiar) o geógrafo agrário discute a subordinação do trabalho agrícola ao capital. O pequeno produtor foi o que mais sofreu pressões sob o novo padrão tecnológico proposto para o agro brasileiro e o geógrafo agrário procurou identificar como este se comportou espacialmente, demonstrando diferenciações espaciais no que se refere à produção e às formas de produzir.

A pequena produção agrícola passou a significar uma temática de análise geográfica bastante rica, avaliada no contexto do processo de inserção do capitalismo

no campo. A persistência ou desaparecimento, a subordinação ou a autonomia do pequeno agricultor tornaram-se questões básicas para o estudo do geógrafo agrário sob a perspectiva do Complexo Agro-industrial - CAI.

Os trabalhos sobre esta temática não se preocuparam com o entendimento do funcionamento interno do grupo familiar. O pequeno produtor agrícola é considerado um agente organizador do espaço e enquanto tal imprime à sua propriedade ou área de posse características muito próprias que o diferenciam de outros grupos de trabalhadores. Os estudos de caso sobre estes grupos em diferentes partes do país são comuns durante toda a década.

Os anos 90 evidenciam uma continuidade dos estudos sobre a produção familiar, agora na concepção Chayanoviana, na ótica do campesinato.

Assim, vários estudos foram publicados neste sentido, apresentando, agora, uma preocupação com a definição teórica deste grupo social, cuja fundamentação advinda da Sociologia Rural, está balizada pela conceituação proposta por Alexander Chayanov (1974) e por autores nacionais, seguidores desta mesma linha.

O espectro de análise e as tendências são bastante ricos para a década de 90, mas apresentam ainda um volume bastante considerável de trabalhos de conteúdo mais geral, como estudos de organização agrária, produção agrícola, força de trabalho, etc. que tem como característica serem estudos de caso.

Os anos 90 tem um número mais reduzido de periódicos em circulação, se comparado a outros períodos. Mesmo assim, o número de trabalhos encontrados evidencia a manutenção do interesse em estudar a atividade agrícola, pois, nos cinco anos avaliados, o volume de trabalhos levantados é significativo se comparado a períodos decenais completos (283). A figura 2, aponta a representatividade de cada período analisado de forma conjunta, podendo-se observar a variação no número de trabalhos para o período todo em estudo.

Considerações Finais

Análises gerais, estudos de caso, proposições teóricas, avaliações estatísticas são algumas das formas encontradas pelo geógrafo agrário para entender e explicar o agro brasileiro. Os estudos sobre agricultura na Geografia apresentaram, como se observou, diferentes fases estabelecidas em função da dinâmica da sociedade, que a cada momento impunha realidades diferenciadas, e das transformações teórico-metodológicas por que passou o conhecimento científico, em particular a ciência objeto de nossa análise.

Talvez seja possível afirmar que à medida em que o produtor agrícola tornava suas relações com a sociedade e o espaço mais complexas, maior foi o interesse em estudá-lo ou compreender sua funcionalidade. À medida que ele, como organizador do espaço, estabeleceu um novo processo de relações, ou foi envolvido neste processo, a configuração espacial estabelecida foi avaliada sob novo enfoque.

Para tanto influíram, sem dúvida, o processo de mudanças sociais e econômicas por que passou a sociedade brasileira, mas também, as mudanças paradigmáticas por que passou a Geografia, sem esquecer a ação exercida, tanto pelas ciências naturais como pelas ciências humanas na Geografia inserida no contexto de ambas.

A dinâmica da historiografia geográfica e da sociedade fizeram o objeto e o objetivo da Geografia diversificarem-se seguindo uma trajetória, em geral, imposta para o conjunto das ciências. Tal situação, por vezes, significou a prevalência dos interesses e métodos das ciências tangenciais em detrimento do que poderia ser eminentemente geográfico, ou seja o estudo da diferenciação e organização do espaço rural.

Bibliografia:

- ANDRADE, M. C. de. A institucionalização da geografia brasileira. In ANDRADE, M. C. de. *Geografia Ciência da Sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 81-93.
- _____. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. In: _____. *Uma Geografia para o Século XXI*. Recife: [s.n.], 1993. p. 61-71.
- CHAYANOV, A . V. *La organizacion de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires. Nueva Vision, 1974, 342 p.
- DIAS, L. C. La pensée géographique au Brésil: hier et aujourd'hui. *L'espace Géographique*, Paris, n. 3, p. 193-203, 1989.
- DINIZ, J. A. F. et al. *Subsídio ao estudo da História da Geografia Agrária Brasileira - ENGA Ano 10*. Aracaju: [s.n.], 1987, 58 p. (Mimeogr.)
- GUSMÃO, Rivaldo. Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências. *3.o Encontro Nacional de Geógrafos. Sessões Dirigidas*. Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.
- IBGE. *Revista Brasileira de Geografia*. (número especial sobre quantificação). 32(4), 1970.
- KELLER, Elza Coelho de S. Diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, AGB, 35(2): 135-143, 1973.
- MIGLIORINI, E. A Geografia agrária no quadro da ciência geográfica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 93, p. 1072-91, 1950.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. O campo brasileiro no final dos anos 80. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, n.o 66, p. 5-22, 1988.
- PENHA, E. A. *Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, 124 .

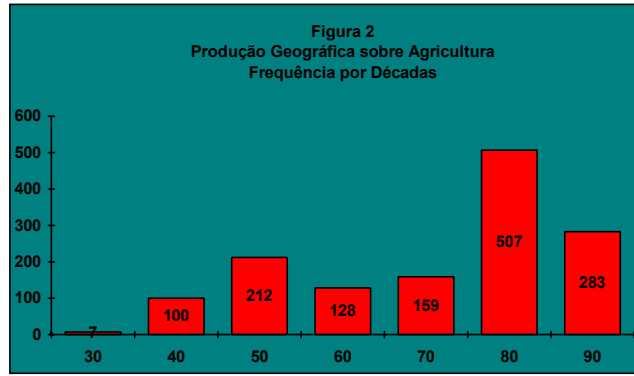
Figura 1
Distribuição das publicações geográficas no território brasileiro



Legenda:

1. Sergipe: Cadernos Sergipanos de Geografia, Cadernos de Geografia, Geonordeste.
2. Bahia: Boletim Baiano de Geografia.
3. Minas Gerais: Boletim Geográfico de Minas Gerais, Boletim Mineiro de Geografia, Revista Geografia e Ensino, Sociedade e Natureza, Caderno de Geografia.
4. Rio de Janeiro: Boletim Carioca de Geografia, Boletim Geográfico, Revista Brasileira de Geografia, Revista da Sociedade Brasileira de Geografia.
5. São Paulo: Caderno Prudentino de Geografia, Boletim Paulista de Geografia, Boletim da AGB, Geografia (AGB), Terra Livre, Boletim de Geografia Teórica, Geografia (AGETEO), Boletim de Geografia, Boletim do Depto. de Geografia, Cadernos Rioclarenses de Geografia, Revista do Depto. de Geografia, Orientação, Geografia Econômica, Revista de Geografia (UNESP), Série Teses e Monografias, Boletim da UPEGE.
6. Paraná: Boletim Paranaense de Geografia, Boletim de Geografia (Maringá), Geografia (Londrina).
7. Santa Catarina: Boletim Geográfico (DEGC), Geosul.
8. Rio Grande do Sul: Boletim Gaúcho de Geografia, Boletim Geográfico do RS, Geografia Ensino e Pesquisa.

Fonte: Levantamento bibliográfico realizado pela autora



Fonte: Levantamento bibliográfico - em periódicos e anais.